



JUNTOS CONSTRUÍMOS O FUTURO

Projeto Educativo do Agrupamento de
Escolas de Álvaro Velho – 2015/2018

Índice

Declaração de intenções	2
Enquadramento legal	3
Metodologia	4
Missão, Visão e Valores.....	6
Missão.....	6
Visão.....	6
Valores	6
Princípios e Orientações das Políticas e Práticas Educativas.....	7
Diagnóstico Estratégico.....	9
Eixos Estratégicos	12
Objetivos Operacionais	14
Monitorização, avaliação e revisão	18
Reflexão final.....	19
Bibliografia.....	20
Termos e abreviaturas.....	21
Anexos	22

A natureza humana é uma e todo o ser humano é, por consequência, portador dos mesmos direitos; a todos deve portanto, ser proporcionada a completa aquisição dos conhecimentos que lhe permitam viver dignamente a vida, conforme as suas capacidades – uma só condição, uma só dignidade, uma só escola.¹

Bento de Jesus Caraça (1935)

Declaração de intenções

Qualquer instituição tem de cumprir a sua missão de acordo com a sua visão, orientada por um conjunto de valores.

A escola, pela natureza da sua existência (Missão) tem a obrigação de orientar a sua ação em função dos melhores interesses dos seus alunos. É a definição desses melhores interesses o cerne do Projeto Educativo. Decorrente do diagnóstico, análise e reflexão sobre a realidade presente, desenha-se o caminho em direção ao sonho partilhado (Visão) por cada um dos intervenientes do processo educativo e alicerçado nos ideais (Valores) que legitimarão as nossas escolhas. E essas escolhas serão o nosso sonho, esse será o nosso Projeto Educativo. A sua concretização será o futuro dos nossos alunos, o nosso legado para um futuro melhor. Um(a) aluno(a), uma turma, uma escola... uma Comunidade no final. Todos por uma causa comum: Juntos construímos o futuro!

¹ Conferência realizada na Sociedade de Estudos Pedagógicos, sob o título – “Escola Única”, em 10 de Abril de 1935.

Enquadramento legal

De acordo com o Decreto-lei 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e, posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, o PE constitui-se como um dos “instrumentos do exercício da autonomia” dos agrupamentos de escola, “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas (...) elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”.

O PE deve corporizar-se como “um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva”.

Determina ainda a mesma legislação que os “Planos anual e plurianual de atividades (...) definem, em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução. Por sua vez, o relatório de autoavaliação é “o documento que procede à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no projeto educativo”.

O PE é elaborado pelo conselho pedagógico e apresentado pelo diretor(a) ao Conselho Geral, órgão competente para proceder à aprovação do mesmo.

O PE relaciona-se ainda com o contrato de autonomia, “através do qual se definem objetivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projeto educativo”. A qualidade deste, no que à sua contextualização, consistência e fundamentação diz respeito, é determinante para a celebração do contrato de autonomia. O grau de concretização do PE é igualmente importante para a renovação dos contratos de autonomia.

Metodologia

Com o intuito de proceder à revisão do PE, foi criada uma equipa de docentes, provenientes dos diferentes departamentos do agrupamento. Este grupo de docentes foi chamado a reunir no dia 26 de novembro de 2014 pelo diretor do agrupamento de escolas, momento no qual foram deliberadas, desde logo as premissas fundamentais para a realização desta tarefa, a saber:

- a necessidade de realizar um diagnóstico estratégico do agrupamento de escolas, visando compreender o ponto de partida para a revisão do PE;
- o PE deveria ser um documento participado, devendo os membros da comunidade educativa ser auscultados e as suas conceções, visão do agrupamento e do processo educativo respeitadas na construção do documento;
- seria definido um cronograma das etapas do PE, da qual deveriam constar momentos de contacto com o diretor, visando o acompanhamento dos trabalhos e monitorização dos resultados alcançados;
- seriam criados momentos de participação da comunidade, visando a validação das conclusões chegadas e das opções tomadas;
- seria realizado um relatório final da atividade do grupo de trabalho visando servir para memória futura e de suporte à atividade da próxima equipa que viesse a reformular o PE.

Foi ainda atribuída a coordenação da equipa de trabalho.

O diagnóstico estratégico foi realizado com recurso à análise documental e através do inquérito por questionários.

A análise documental processou-se através da consulta de:

- Anterior PE;
- Contrato de autonomia em vigor;
- Relatório de avaliação externa;
- Plano de melhorias do agrupamento;
- Dados estatísticos e relatórios disponibilizados pela autoavaliação;
- Legislação de referência.

Os inquéritos por questionário foram aplicados a alunos, encarregados de educação, pessoal não docente e pessoal docente. Não foi possível inquirir as parcerias do agrupamento², nomeadamente as autarquias e empresas locais. A resposta aos questionários foi anónima, sendo solicitados apenas alguns dados genéricos para permitir a categorização dos respondentes.

Foram elaborados os seguintes questionários:

- Alunos:

² Os motivos subjacentes a esta impossibilidade são explicitados no Relatório de Atividade da equipa de revisão do PE.

- Educação Pré-escolar;
- 1º CEB;
- 2º e 3º CEB.
- Encarregados de educação;
- Pessoal não docente;
- Pessoal docente.

Todos os questionários, à exceção dos dirigidos aos encarregados de educação e ao pessoal não docente, foram aplicados com recurso a uma plataforma informática acessível através do portal do agrupamento de escolas. Os restantes questionários foram aplicados em formato papel, visando evitar o não preenchimento devido a eventuais dificuldades com o manuseamento de meios informáticos ou até, no caso dos encarregados de educação, a dificuldades de acesso à Internet. No caso dos alunos da educação pré-escolar e do 1º CEB, foi requerida a colaboração dos(as) docentes titulares dos grupos/turma no preenchimento dos questionários devido à natural incapacidade/dificuldade no domínio dos processos de leitura e escrita. Foi ainda solicitado aos docentes dos 2º e 3º CEB que levassem os alunos às salas de informática e/ou à Biblioteca Escolar para que estes pudessem responder aos questionários.

Salienta-se que, em virtude de a equipa de autoavaliação ter realizado, durante o ano letivo, inquéritos aos mesmos grupos da comunidade em que algumas das questões versaram os mesmos temas, foi realizado um cruzamento dos resultados, possibilitando, desta forma, a validação dos resultados alcançados. Consideramos que a coerência dos resultados validam as conclusões que foram retiradas da análise efetuada.

Após a realização do diagnóstico estratégico, as conclusões chegadas e eixos de intervenção propostos foram discutidos e analisados com representantes da associação de pais e encarregados de educação, e com grupos heterogéneos de dimensão variável de representantes do pessoal não docente, do pessoal docente e com o diretor e restante equipa da Direção. Estas sessões permitiram validar algumas das conclusões chegadas através das análises realizadas, bem como dos eixos de intervenção identificados. Serviram ainda para a identificação de outras fragilidades e áreas de intervenção decorrentes do conhecimento empírico do funcionamento do AE.

Os eixos de intervenção do PE encontram-se subdivididos em objetivos operacionais que, para além de corporizarem os respetivos eixos, definem o conjunto de indicadores e de metas a atingir no âmbito da concretização deste projeto.

Missão, Visão e Valores

Missão

Dando cumprimento ao preconizado na Lei de Bases do Sistema Educativo, a missão do AE tem como princípio primeiro a preparação de cidadãos dotados dos valores estruturantes da nossa sociedade e das necessárias competências para uma correta orientação escolar e vocacional para a continuidade de estudos.

Visão

Oferecer uma **escola pública e serviços de qualidade**, constituindo um agrupamento de escolas de referência e excelência, tecnologicamente avançado com o esforço e a participação de toda a comunidade educativa, a responsabilidade partilhada e a colaboração de parcerias locais institucionais e não institucionais.

Valores

Democracia, humanismo, solidariedade, tolerância, rigor e cidadania.

Princípios e Orientações das Políticas e Práticas Educativas

Os valores assumidos neste Projeto Educativo encontram-se estruturados e integrados em princípios orientadores das políticas e práticas educativas. Considerando a vivência numa sociedade democrática destacam-se os seguintes princípios:

- A valorização do sentido da responsabilidade pessoal e social;
- O desenvolvimento das competências do século XXI;
- A promoção da educação para a cidadania e para a aprendizagem/formação ao longo da vida.

A assunção destes princípios deve ser tida em conta na conceção da educação, traduzindo-se em opções de intervenção didáctica de forma a perspetivar as orientações da política e das práticas educativas para o projeto educativo do agrupamento de escolas, através das quais se cumprirá a função formativa, cultural e socializadora da Escola.

Assim o nosso ideal educativo pressupõe as seguintes orientações das políticas e práticas educativas:

- processo de ensino-aprendizagem centrado no aluno e respeitador dos diferentes ritmos de aprendizagem;
- pedagogia diferenciada;
- metodologias e atividades adaptadas ao perfil e interesses dos alunos;
- aprendizagem socializadora, significativa e (inter)ativa;
- dinâmicas de grupo e trabalho colaborativo;
- atividades promotoras da criatividade, do pensamento crítico, da resolução de problemas e da tomada de decisões;
- estratégias e metodologias facilitadoras do saber aprender;
- integração das tecnologias e da literacia digital no processo de ensino-aprendizagem;
- formas de avaliação diversificadas, com ênfase na avaliação formativa.

Liderança e Gestão Organizacional

A implementação e desenvolvimento do presente Projeto Educativo pressupõe a opção por uma **liderança transformacional** (segundo Bass – carisma, consideração individual, estímulo intelectual, inspiração, tolerância psicológica, liderança dinâmica), assente na partilha distribuída de responsabilidades entre todos os atores, desde o professor na sala de

aula à coordenação de pessoal não docente, com a aposta no incentivo das lideranças intermédias e no apoio às equipas educativas (lideranças informais).

Crítérios Gerais para a Constituição de Turmas

- Do Pré- Escolar para o 1º ciclo, do 1º ciclo para o 2º ciclo e do 2º ciclo para o 3º ciclo não deverá ficar junta a totalidade de crianças/alunos provenientes do grupo/turma do ano anterior, salvaguardando-se contudo, que ninguém fique sozinho relativamente ao seu grupo de origem.
- A separação deverá ocorrer aleatoriamente, respeitando-se previamente a área de residência e a necessidade de transportes, sempre que necessário.
- Deverão ser respeitadas, **sempre que possível**, as recomendações dos Conselhos de Turma/Professor Titular de Turma constantes das respetivas atas de final do ano letivo e/ou documento próprio.
- Os alunos retidos de uma mesma turma deverão ser distribuídos equitativamente pelas novas turmas respeitando sempre que possível as propostas do conselho de turma/professor titular de turma.
- Deverá existir equilíbrio, sempre que possível, no número de alunos de ambos os sexos.
- Na composição das turmas deverá ser acautelado o equilíbrio das mesmas, relativo ao número de alunos, garantindo à partida o número mínimo permitido por lei.
- **No Pré-Escolar:**
- Deverá respeitar-se a proveniência das crianças (amas, creches ou Jardins de Infância), mantendo-as, sempre que possível, juntas.
- Os grupos deverão ser constituídos por um número, o mais equilibrado possível, de crianças tendo em conta a idade e o sexo.
- No caso de irmãos a frequentar o mesmo Jardim de Infância, caberá ao Encarregado de Educação a decisão da frequência, ou não, no mesmo grupo/sala.
- A distribuição das crianças pelos vários grupos deverá ser realizada tendo em conta a data de nascimento e procurando constituir-se grupos heterogéneos.
- **No 1º Ciclo:**
- Deverá constituir-se turmas com o menor número de anos de escolaridade possível, analisando-se caso a caso e sempre que se justifique pedagogicamente, privilegiando-se a constituição de turmas de um só ano de escolaridade.

- Quando numa turma inicialmente constituída por mais de 20 alunos, um deles venha a ser considerado redutor, a turma não deve integrar mais nenhum aluno em resultado de transferências, reorganizando-se no ano seguinte a turma de forma a cumprir-se o limite de 20 alunos por turma.
- Nas turmas de 1º ano deverá observar-se uma distribuição equilibrada do número de alunos de matrícula não obrigatória.
- Anualmente o Conselho Pedagógico definirá os critérios específicos de constituição de turmas, em respeito pelos critérios gerais.

Crêterios gerais de distribui o de serviço docente / distribui o de turmas

- Privilegiar, o princípio da continuidade pedagógica, isto  , possibilitar a cada professor o acompanhamento dos seus alunos ao longo dos diferentes anos de escolaridade do mesmo ciclo, desde que não haja motivos que aconselhem o contrário;
- Reduzir o número de turmas atribuídas a cada professor;
- Atribuir as turmas que apresentem maiores dificuldades de aprendizagem, preferencialmente a docentes com mais experiência;
- Atribuir as mesmas turmas a um mesmo grupo de professores (equipas educativas);
- Manter a Dire o de Turma ao longo de cada ciclo de estudos, desde que não existam motivos de ordem legal ou outros que o impeçam ou desaconselhem.
- Anualmente o Conselho Pedagógico definirá os critérios específicos de distribui o de serviço docente, em respeito pelos critérios gerais.

Diagnóstico Estratégico

Como referido anteriormente, o diagnóstico estratégico foi realizado com recurso   análise documental de documenta o interna produzida e   aplica o de questionários aos seguintes grupos de interessados (stakeholders³) na atividade do agrupamento. Relativamente aos questionários aplicados, as taxas de resposta foram as seguintes:

- Alunos – 75,364%:
 - Educa o Pré-escolar – 83,333%;
 - 1º CEB – 54,276%;
 - 2º CEB – 80,425%.
 - 3º CEB – 92,566%

³ Stakeholder (em português, parte interessada ou interveniente). Termo usado em gestão de projetos.

- Encarregados de educação – 11,299%;
 - EB1/JI n.º1 do Lavradio – 16,599%;
 - EB1/JI n.º2 do Lavradio – 14,667%
 - EB1/JI dos Fidalguinhos – 12,109%;
 - EB2,3 de Álvaro Velho – 8,999%
- Pessoal não docente – 81,395%;
- Pessoal docente – 57,664%:
 - Educação Pré-escolar e 1º CEB – 45,098%;
 - 2º e 3º CEB – 65,116%.

Salienta-se que foi de extraordinária importância para a elaboração deste diagnóstico os vários momentos de reunião alargada e *workshops* realizados com o pessoal docente, não docente e encarregados de educação. Estes momentos de reflexão e análise dos resultados e conclusões alcançadas, permitiu esclarecer dúvidas emergentes e, posteriormente, validar algumas das opções realizadas pela equipa, relativamente à definição dos eixos de intervenção e aos objetivos operacionais.

Foi construída uma matriz SWOT⁴ que visa ilustrar de forma simples e elucidativa as principais virtudes (pontos fortes) e fragilidades (pontos fracos) do Agrupamento de Escolas.

⁴ Acrónimo anglo-saxónico significando Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). Instrumento utilizado para realizar análises de cenário/ambiente, visando servir de base para a gestão e planeamento estratégico.

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
Pontos fortes		Oportunidades	
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da comunidade educativa pela visão e projeto pedagógico do Diretor • Reconhecimento da comunidade educativa pelo trabalho desenvolvido pelo Diretor, pelo Pessoal Docente e Não Docente • Imagem da escola junto da comunidade educativa • Satisfação em frequentar / trabalhar no AE • Estabilidade do Quadro Docente do Agrupamento • Melhoria contínua dos resultados escolares nos últimos anos letivos • Parcerias estabelecidas pelo agrupamento • Abertura do agrupamento à comunidade e à mudança • Dimensão solidária e inclusiva do agrupamento • Impacto da formação no seu desempenho profissional do pessoal docente e não docente • Existência de salas de ensino estruturado (TEACCH) no Agrupamento • Existência do Serviço de Psicologia e Orientação Escolar 		<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração da comunidade educativa e das parcerias do tecido empresarial na melhoria dos espaços escolares • Existência de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação participativa e interventiva • Criação de projetos de cariz nacional para a promoção do sucesso • Valorização social do estabelecimento estratégico de parcerias 	
Pontos fracos		Ameaças	
<ul style="list-style-type: none"> • Consecução das metas relativamente aos resultados escolares • Supervisão Pedagógica em contexto de sala de aula na ótica de desenvolvimento profissional e organizacional • Tutorias pedagógicas e comportamentais em número insuficiente • Fraco impacto do Gabinete do Aluno como promotor da reflexão e mudança de comportamento • Elevado número de turmas referenciadas como tendo um comportamento global pouco ou não satisfatório • Coadjuvação pedagógica • As condições físicas da escola/agrupamento 		<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de formação profissional insuficiente / desadequada às necessidades/interesses do pessoal docente e não docente • Não intervenção das tutelas competentes na conservação/requalificação das condições físicas das escolas do agrupamento • Aumento do número de alunos por turma • Mudanças consecutivas na legislação que afetam os currículos e a organização escolar • Competitividade na oferta educativa das escolas de 2.º e 3.º ciclos próximas do Agrupamento de Escolas. • Dificuldades sócio económicas das famílias 	

Eixos Estratégicos

Decorrente do diagnóstico estratégico realizado, no âmbito da intervenção pretendida para o triénio 2015/2016-2017/2018 foram definidos quatro eixos de intervenção. A partir destes quatro pilares estruturantes do PE será definido o conjunto de objetivos com os respetivos indicadores e metas.

Eixos Estratégicos	
I	Resultados Escolares
II	O Agrupamento de Escolas e o mundo
III	Comunicação e Processos Internos
IV	Responsabilidade Social

Esclarece-se que no Eixo I – Resultados Escolares, os indicadores e metas definidas visam, por um lado, respeitar o estipulado aquando da assinatura do Contrato de Autonomia, cuja vigência finda no final do ano letivo 2015/2016, e por outro lado traçar os objetivos posteriores a esse ano letivo.

O Eixo II – O Agrupamento de Escolas e o mundo, visa dinamizar as relações do AE com a comunidade, numa perspetiva de aproximação às dimensões local, (trans)nacional e europeia. Por um lado desenvolver a dinâmica com os pais, através da APEE, transformando-os num parceiro efetivo, apoiando-nos mutuamente na tarefa cada vez mais complexa de formar e educar os jovens que frequentam o AE. O mesmo princípio se coloca para os restantes parceiros da comunidade, é necessário reforçar os laços de colaboração com as autarquias e instituições, compreendendo de que forma se poderão criar/reforçar sinergias que, aproveitando a ambos, em última análise, beneficiem o AE e os seus alunos.

Ainda integrado neste eixo, pretende-se proporcionar aos alunos e docentes a oportunidade de contactar com realidades distintas do meio envolvente do AE, enriquecendo-lhes as experiências, alargando-lhes a visão da sociedade contemporânea em constante mutação.

O Eixo III – Comunicação e Processos Internos, visa por um lado, agilizar a transmissão/divulgação de informação produzida no AE, tornando-a acessível interna e externamente. É fundamental que, para além daqueles que trabalham no AE, também a restante comunidade tenha acesso à informação, dando a conhecer o muito e bom trabalho realizado na Escola.

Por outro lado, é necessário medir o grau de satisfação dos serviços prestados no AE, dado que só assim será possível introduzir aperfeiçoamentos nos serviços que melhor sirvam os interesses e necessidades de todos.

É necessário ainda reforçar o trabalho já existente de sistematização de práticas administrativas e de regulamentação interna, visando a normalização de processos e, em última análise, implementar processos de desenvolvimento contínuo.

O Eixo IV – Responsabilidade Social, visa, acima de tudo, estruturar e reforçar as dinâmicas solidárias existentes, desenvolvendo a articulação com as instituições locais de intervenção social, garantindo um maior alcance e assertividade das intervenções.

Obedece ainda a princípios estruturantes da vida social dos indivíduos, visando o desenvolvimento da consciência de si e da relação com os outros, de vida saudável e harmoniosa e de desenvolvimento sustentável da sociedade.

Como é natural, e até desejável, existe uma interdependência entre os quatro eixos, que se ilustra abaixo.



Figura 1 - Diagrama de relações dos Eixos de Intervenção

Objetivos Operacionais⁵

	Objetivos	Indicadores	Metas
Eixo 1 – Resultados Escolares	E1.1 – Manter o abandono escolar a um nível residual.	I1 – Taxa de abandono escolar.	M1 – <0,25%
	E1.2 – Reduzir o número de retenções/ não aprovações..	I2 – Taxa de transição/aprovação anual no 1º CEB; I3 – Taxa de transição/aprovação anual no 2º CEB; I4 – Taxa de transição/aprovação anual no 3º CEB;	M2 – Manter $90\% \leq I2 \leq 100\%$ M3 – Manter $90\% \leq I3 \leq 100\%$ M4 – Melhorar $1\% \geq I4 \leq 5\%$
	E1.3 – Aumentar a taxa de sucesso pleno.	I5 – Taxa anual de sucesso pleno no 1º CEB; I6 – Taxa anual de sucesso pleno no 2º CEB; I7 – Taxa anual de sucesso pleno no 3º CEB.	M5 – Manter $90\% \leq I5 \leq 95\%$ M6 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$ M7 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$
	E1.4 – Aumentar a qualidade do sucesso.	I8 – Taxa de alunos que transitam com classificações iguais ou superiores a Satisfaz Bastante ou nível 4 no 1º CEB; I9 – Taxa de alunos que transitam com classificações iguais ou superiores ao nível 4 no 2º CEB; I10 – Taxa de alunos que transitam com classificações iguais ou superiores ao nível 4 no 3º CEB.	M8 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$ M9 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$ M10 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$
	E1.5 - Aumentar o sucesso nas disciplinas de Português, Matemática, Inglês e Físico-Química.	I11 – Taxa de sucesso na disciplina de Português; I12 – Taxa de sucesso na disciplina de Matemática; I13 – Taxa de sucesso na disciplina de Inglês; I14 – Taxa de sucesso na disciplina de Físico-Química.	M11 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$ M12 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$ M13 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$ M14 – Melhorar $] \geq 1\% \ 5\% \leq [$
	E1.6 – Melhorar as taxas de sucesso na Avaliação Externa dos alunos.	I15 – Taxa de sucesso da AvE na disciplina de Português no 9º ano; I16 – Taxa de sucesso da AvE na disciplina de Matemática no 9º ano.	M15 – Desvio de 5% relativamente à Taxa de Sucesso Nacional M16 – Desvio de 5% relativamente à Taxa de Sucesso Nacional

⁵ A enumeração dos objetivos é realizada a negrito com a identificação do eixo a que pertencem e o número do objetivo. A separação da identificação do eixo e do número do objetivo é feita com um ponto (exemplo **E1.1** – Eixo I, objetivo número um).

A enumeração dos indicadores é realizada a negrito com a identificação do número do indicador, em numeração contínua e não repetida (exemplo **I1** – indicador número um).

A enumeração das metas é realizada a negrito com a identificação do número da meta, idêntica à numeração do indicador a que é relativo (exemplo **M1** – meta número um, relativa ao indicador número um).

Eixo 1 – Resultados Escolares	E1.7 – Aumentar o número de leitores e as competências em literacias.	I17 – Número de utilizações dos meios audiovisuais/TIC para realização de pesquisas/trabalhos disciplinares;	M17 – Aumento \geq a 5%
	E1.8 – Promover formação interna entre pares, visando disseminar conhecimento e competências profissionais (pessoal docente e não docente).	I18 – Número de formações internas promovidas (Pessoal docente);	M18 – \geq 5 por ano
	E1.9 – Promover a reflexão sobre as práticas letivas em contexto de sala de aula, através da observação direta entre pares, enquanto estratégia formativa para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional docente.	I19 – Número de sessões de observação / reflexão da prática letiva por docente.	M19 – \geq 1 sessão anual por docente

	Objetivos	Indicadores	Metas
Eixo 2 – Aproximação do AE ao Mundo	E2.1 – Aumentar o envolvimento dos EE na vida escolar dos alunos.	I20 – Taxa de presença nas reuniões com os DT/TT.	M20 – registo de presenças \geq 80%. de EE.
	E2.2 – Aumentar o envolvimento dos EE na vida do AE.	I21 – Número de atividades curriculares e não curriculares de abertura à Comunidade e dirigidas aos Pais e EE. I22 – Número de pais e EE participantes envolvidos nas atividades.	M21 – \geq 3 atividades anuais por estabelecimento. M22 – \geq 20% dos EE (valor global /ano)
	E2.3 – Reforçar a articulação e colaboração entre o AE e a APEE.	I23 – Número de reuniões realizadas. I24 – Número de atividades/projetos partilhados entre AE e APEE.	M23 – \geq 4 reuniões anuais. M24 – \geq 3 atividades/projetos anuais
	E2.4 – Proporcionar aos alunos situações de contacto profissional, em contexto real, com empresas locais/regionais.	I25 – Número de visitas por curso vocacional.	M25 – \geq 1 visita por área vocacional e curso.
	E2.5 – Promover a partilha de experiências académicas, sociais e culturais com estudantes/docentes/outras escolas de países da União Europeia.	I26 – Número de intercâmbios/ partilha de experiências. I27 – Taxa de satisfação dos participantes com a organização interna dos intercâmbios.	M26 – \geq 2 intercâmbios/ partilha de experiências por ano letivo. M27 – \geq 70%.

	Objetivos	Indicadores	Metas
Eixo 3 – Comunicação e Processos Internos	E3.1 – Divulgar junto da comunidade educativa os indicadores chave do AE.	I28 – Número de divulgações / atualizações dos indicadores chave do AE.	M28 – 4 atualizações por ano letivo (Início do ano e final de cada período letivo).
	E3.2 – Divulgar as deliberações dos órgãos de administração e gestão escolar.	I29 – Taxa de sínteses das deliberações dos órgãos de administração e gestão escolar.	M29 – Divulgadas em 100%
	E3.3 – Divulgar as atividades internas do Agrupamento de Escolas junto da comunidade.	I30 – Número de <i>comunicações</i> publicadas e divulgadas. I31 – Publicação do PPA.	M30 – ≥3 por ano M31 – 1 por ano
	E3.4 – Medir o grau de satisfação dos serviços prestados no AE (rezeção, secretaria, refeitório, bar, papelaria/reprografia, SASE) ⁶ .	I32 – Número de questionários de satisfação preenchidos. I33 – Taxa de satisfação global com o serviço prestado.	M32 – ≥ 20 questionários de satisfação no final de cada ciclo de autoavaliação. M33 – Taxa de satisfação ≥ 70%, por serviço.
	E3.5 - Melhorar a supervisão das Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º CEB e AAAF no Pré-Escolar	I34 – Número de reuniões de monitorização das AEC/ AAAF por estabelecimento. I35 – Número de reuniões de articulação entre Pré-escolar e 1.º CEB.	M34 – ≥ 3 reuniões anuais. M35 - 1 reunião do Pré-Escolar com o 1.º CEB
	E3.6 – Reforçar a articulação curricular e a coordenação pedagógica entre ciclos de ensino.	I36 – Número de reuniões interdisciplinares entre os 1.º e 2.º CEB, em cada ano letivo. I37 – Número de reuniões intradisciplinares entre os 2.º e 3.º CEB, em cada ano letivo.	M36 – ≥ 1 reunião entre os docentes do 4.º ano de escolaridade e os docentes do 5.º ano de Português, Matemática, Ciências Naturais, HGP e Inglês. M37 – ≥ 1 reunião entre os docentes do 6.º e 7.º anos de escolaridade de todas as áreas disciplinares.

⁶ As metas definidas poderão não ser atingidas em meses de interrupção letiva em que a afluência dos serviços seja reduzida.

	Objetivos	Indicadores	Metas
Eixo 4 – Responsabilidade Social	E4.1 – Promover atividades visando a promoção da saúde e bem-estar da comunidade escolar.	I38 – Taxa de cumprimento das atividades previstas pela Coordenação Concelhia para a Educação para a Saúde. I39 – Taxa de satisfação com as atividades realizadas PES.	M38 – $\geq 80\%$ M39 – $\geq 70\%$
	E4.2 – Promover a atividade desportiva no AE.	I40 – Número de participantes nas modalidades de Desporto Escolar e atividades internas.	M40 – aumentar em 5% o n.º de participantes.
	E4.3 – Intervir junto da comunidade, em situações de fragilidade social, de preferência em articulação com a rede social concelhia.	I41 – Número de intervenções solidárias.	M41 – ≥ 3 .
	E4.4 – Melhorar as condições físicas dos estabelecimentos de educação/ensino.	I42 – Número de atividades realizadas, envolvendo a comunidade educativa, visando melhorar as condições físicas dos estabelecimentos.	M42 – ≥ 1 atividade anual por estabelecimento.
	E4.5 – Intervir do ponto de vista ambiental na comunidade visando a sustentabilidade dos ecossistemas.	I43 – Número de projetos locais/ regionais/ (trans)nacionais de índole ambiental; I44 – Número de alterações de práticas/intervenções práticas resultantes dos projetos.	M43 – ≥ 2 / ano M44 – ≥ 1 /ano
	E4.6 – Reduzir as incidências das ocorrências de caráter disciplinar no AE.	I45 – Número de participações disciplinares registadas; I46 – Gravidade das ocorrências/reincidências disciplinares registadas.	M45 – Redução anual de 10%. M46 – Redução anual nas ocorrências graves / muito graves de 10%.
	E4.7 – Promover ações de sensibilização e/ou inclusão de alunos com NEE tendente à integração social e/ou prosseguimento dos percursos escolares.	I47 – Número de atividades/ Ações de sensibilização promovidas	M47 – ≥ 2 Ações/ano
	E4.8 – Promover a orientação vocacional e/ou percurso escolar com vista à definição de opções. E4.9 – Promover a reintegração socio – educativa dos alunos referenciados	I48 – Número de ações/contatos estabelecidos anualmente com vista à divulgação de oferta educativa dirigidas aos alunos em final de ciclo de estudos. I49 - Número de ações promovidas no âmbito do SPO.	M48 – ≥ 4 ações/ contatos por ano. M49 - 3 ações /ano

Monitorização, avaliação e revisão

A monitorização do PE deverá realizar-se anualmente, visando o acompanhamento dos níveis de execução dos objetivos. Esta monitorização deverá ser realizada pela equipa de autoavaliação. A avaliação do PE deverá ser realizada tendo em conta os critérios de Relevância, Eficácia, Impacto e Eficiência. O critério de relevância permite avaliar a adequação dos objetivos traçados na mitigação/resolução dos problemas identificados. O critério de Eficácia permite medir o grau de concretização dos objetivos definidos. O critério de Impacto permite compreender a dimensão das alterações provocadas decorrentes da implementação do PE. Finalmente, o critério de Eficiência permitirá relacionar os recursos implicados no PE com os resultados alcançados.

Reflexão final

“Álvaro Velho” e o seu ambiente já se tornaram imagem de marca e parte intrínseca da cultura escolar. Uma sã convivência entre aqueles que diariamente frequentam os seus corredores, salas... Naturalmente há limitações visíveis. As fragilidades das condições físicas são por demais evidentes e criam, inevitavelmente, constrangimentos aos propósitos da Escola. No entanto, sinal inequívoco da entrega de todos a esta missão, não é em torno dessa infeliz particularidade que gravita o principal foco do que há a melhorar na Escola, do caminho que é necessário percorrer. A Escola é muito mais que as paredes que lhe dão existência física. A Escola é todo o universo de relações e de práticas, é toda a construção da humanidade e de saberes que permitirão (re)pensar, (re)construir, (re)vitalizar o nosso futuro.

Ora se a nossa é uma Escola com imagem de marca, o que se espera do seu Projeto Educativo? O que se pretenderá desta construção coletiva?

Antes de mais a ação coletiva, a ação concertada de todos os intervenientes da comunidade educativa, uma vez que de acordo com a sabedoria popular “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. É em torno desta visão que a nossa “aldeia”, cada vez mais vasta e global, terá de se unir para construir uma Escola ainda melhor.

Uma das maiores virtudes deste projeto é ter contado com a participação/ contributo da comunidade para a sua construção. Este documento explicita, com todas as insuficiências que possa conter, os anseios e expectativas desta “aldeia”.

Este projeto não encerra um ciclo, antes inicia um novo. Um ciclo de melhoria inclusivamente do que de melhor a Escola já conseguiu alcançar. Este ciclo deve trazer, repetidas e entusiásticas vezes, a discussão à Escola, a discussão da nossa Escola. Discutamos as práticas, os erros e a forma como os vamos ultrapassar. Aprendamos uns com os outros a sermos melhores, a tornarmos melhor a Escola.

Aprovado em Conselho Geral em 29/06/2016

Bibliografia

- AZEVEDO, Rui [et. al.] - Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação: guião de apoio. 1ª ed. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P., 93 p. ISBN 978-972-8743-72-7
- BARREIRO - Câmara Municipal, Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., Carta Educativa do Concelho do Barreiro, 2008, Barreiro.
- CABRAL, Ruben – O projeto educativo: Uma visão desenvolvimentista. In **O Novo Voo de Ícaro**. Lisboa: Escola Superior de Educação, 1999, p. 105 – 130. 9789728061388
- ESTRELA, Albano – Teoria e Prática de Observação de Classes: Uma Estratégia para a Formação de Professores. 4ª ed. Porto: Porto Editora, 479 p. ISBN 972-0-34043-6
- GRADE, Luís Santos - A Centralidade do Projeto Educativo na Administração Escolar. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2008. 207 p. ISBN 978-972-772-776-6
- LEI nº 46/1986. D.R. I Série. 237 (86-10-14) 3067-3098
- LEI nº 115/1997. D.R. I Série-A. 217 (97-09-19) 5081-5128
- LEI nº 49/2005. D.R. I Série-A. 166 (05-08-30) 5122-5138
- DECRETO-LEI nº75/2008. D.R. I Série. 79 (08-04-22) 2341-2356
- DECRETO-LEI nº137/2012. D.R. I Série. 126 (12-07-02) 3340 - 3364

Termos e abreviaturas

AE – Agrupamento de Escolas

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

Am – Ameaça

APEE – Associação de Pais e Encarregados de Educação

AvE – Avaliação Externa

AvI – Avaliação Interna

BEs – Bibliotecas Escolares

CA – Contrato de Autonomia

CEB – Ciclo do Ensino Básico

DT – Diretor(es) de Turma

EA – Equipa de Autoavaliação

EB1 – Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância n.º 1 do Lavradio

EB2 – Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância n.º 2 do Lavradio

EB3 – Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância dos Fidalguinhos

EBAV – Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Álvaro Velho

EE – Encarregados de Educação

HGP – História e Geografia de Portugal

Op - Oportunidades

PAA – Plano Plurianual/Anual de Atividades

PCA – Plano Curricular de Agrupamento

PCT – Plano Curricular de Turma

PD – Pessoal Docente

PES – Projeto de Educação para a Saúde

PFo – Ponto(s) Forte(s)

PFr – Ponto(s) Fraco(s)

PID – Plano de Intervenção do Diretor

PND – Pessoal não docente

PTT – Plano de Trabalho de Turma

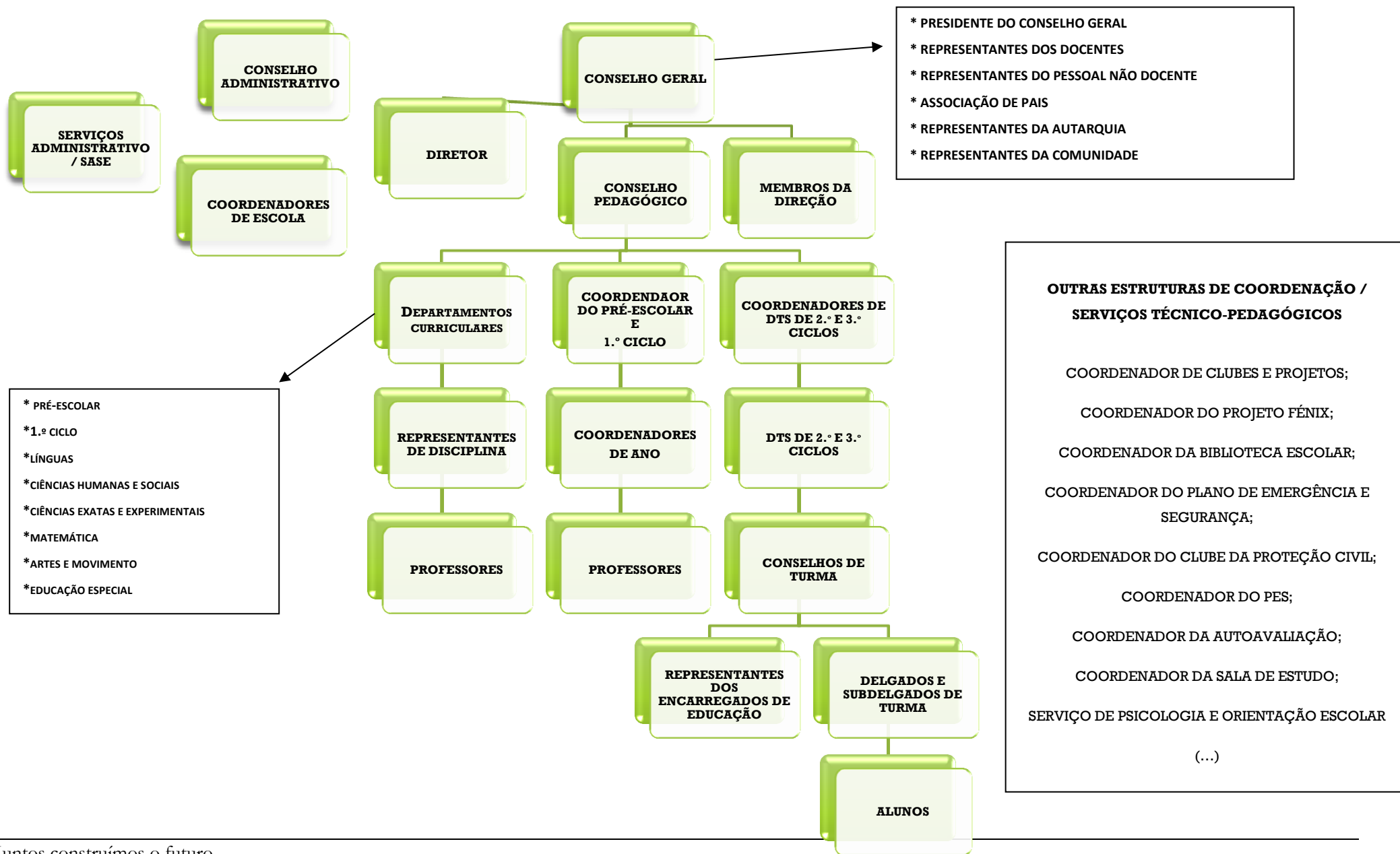
RA – Relatório de Autoavaliação

SPO – Serviço de Psicologia e Orientação

TT – Professor(es)/Educador(es) Titular(es) de Turma

Anexos

Organograma



Mapa Concetual dos Eixos Estratégicos do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Álvaro Velho – 2015/2018

